



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2.021
PROCESSO Nº 36/2.021
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2.021

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Mogi Mirim, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, com o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação dos serviços descritos no item 1. DO OBJETO deste Edital, a qual será regida pelos dispositivos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, Lei Complementar 123/2006, Decreto 7.892/2013 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas aplicáveis à espécie.

Esta Licitação será realizada pela Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 02 (dois) de 21 de janeiro de 2.021.

Os envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA COMERCIAL" serão considerados entregues quando protocolados na Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, situada rua Dr. José Alves, nº 129 – Centro Mogi Mirim/SP – CEP – 13.800-050, impreterivelmente **até às XXX do dia XXX de XXXXX de 2.021**, e sua abertura dar-se-á às **XXXX horas** do mesmo dia, no Plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim, sito na Rua Dr. José Alves nº 129 - Centro, Mogi Mirim/SP, onde serão iniciados os trabalhos referentes à análise e julgamento da habilitação dos interessados com a abertura do respectivo envelope e, havendo condição, abertura, análise e julgamento das propostas comerciais.

Quaisquer informações sobre o presente certame serão fornecidas diariamente, das 8h00 às 17h00, no endereço acima citado ou pelo telefone: (19) 3814-1218 ou via e-mail: mariofontana@camaramogimirim.sp.gov.br.

As licitantes poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, até o prazo de 05 (cinco) dias úteis anteriores ao da entrega dos envelopes, na sede administrativa da CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM, situada a rua Dr. José Alves, nº 129 – centro – Mogi Mirim, durante o horário comercial, junto à Comissão Permanente de Licitações, bem como, pelo e-mail acima mencionado.

Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM. As respostas aos esclarecimentos serão enviadas à empresa solicitante e, para conhecimento das demais empresas, serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.camaramogimirim.sp.gov.br.

O Caderno de Licitação composto de Edital e seus Anexos estarão disponíveis no site www.camaramogimirim.sp.gov.br

Considerando a publicação da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2.020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2.019 e considerando também que diversos órgãos e entidades públicas introduziram medidas para prevenção da transmissão do coronavírus em seus respectivos âmbitos de atuação, fica estipulado que a sessão pública ocorrerá dentro de **rígidos padrões de**

R. Dr. José Alves, nº 129- Centro – Mogi Mirim- SP
www.camaramogimirim.sp.gov.br



190

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

distanciamento social, com uso obrigatório de máscaras faciais e uso de difusores de álcool em gel e demais protocolos de segurança.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação do tipo **MENOR PREÇO** tem como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de reforma, manutenção e conservação das dependências do imóvel em se situa a Câmara Municipal de Mogi Mirim, na rua Dr. José Alves, nº 129 – centro – Mogi Mirim, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e acessórios em geral, conforme modelo de proposta de preços, planilhas orçamentárias, cronogramas, memoriais descritivos, projetos e demais documentos, constantes do Anexo I- Especificações Técnicas de Materiais e Serviços.

1.2 **Prazo de execução dos serviços: 90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data estipulada na ordem de início dos serviços.

1.3 A empresa deverá apresentar planilha orçamentária contendo especificações, quantidades, valores unitários e globais, bem como cronograma físico-financeiro, com condições de pagamento e obedecendo ao prazo estabelecido para a execução do objeto.

1.4 A licitante vencedora deverá apresentar a Câmara Municipal de Mogi Mirim a A.R.T do responsável técnico pela execução no ato da emissão da ordem de serviço pelo Gestor.

1.5 Somente após o recolhimento da A.R.T, e do cumprimento das normas de segurança do trabalho conforme as normas previstas neste instrumento é que será autorizada a expedição de ordem de serviço pelo **CONTRATANTE**.

1.6 O serviço será contratado por empreitada por preço global, fornecendo a **CONTRATADA** toda mão de obra necessária, contados os encargos incidentes, equipamentos, maquinários, combustíveis e lubrificantes, materiais, transportes, acessórios em geral etc., necessários à sua realização e acabamento total.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Os interessados em participar do presente certame, deverão estar devidamente inscritos no Cadastro de Fornecedores do Município de Mogi Mirim, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data do certame, devendo apresentar o recibo de cadastramento juntamente com a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

2.2 Não poderão participar desta tomada de preços a licitante:

- a) Que estiver cumprindo suspensão temporária do direito de participar de licitação ou estiver impedida de contratar com o Município de Mogi Mirim;
- b) Cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em concurso de credores, em processo de liquidação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação;
- c) Que estiver reunida em consórcio;
- d) É vedada a participação de empresa estrangeira que não funcione no país;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

- e) É vedada a participação de empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante;
- f) É vedada a participação de empresa declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV, do artigo 87, bem como o artigo 88, ambos da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores atualizações, e que não tenha sua idoneidade restabelecida até a data de apresentação da proposta;
- g) É vedada a participação de empresas que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e Parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
- h) É vedada a participação de empresas que estejam cumprindo a penalidade disposta no artigo 87, III, da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
- i) É vedada a participação de empresas que representem mais de um licitante;
- j) É vedada a participação de servidores de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócio, dirigentes ou responsáveis técnicos;

2.3 Nos termos da Portaria Interministerial n. 424, de 30 de dezembro de 2.016 é vedada também a participação de empresas que constem:

- a) No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- b) No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
- c) No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

2.4 Nenhuma licitante poderá participar desta tomada de preços com mais de uma proposta.

2.5 A participação na presente tomada de preços implica, tacitamente, para a licitante: a confirmação de que recebeu da Câmara Municipal de Mogi Mirim os documentos e informações necessários ao cumprimento desta tomada de preços; a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos; a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3. DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser entregues no local, data e horário mencionados no Preâmbulo deste Edital, separadamente, tendo o primeiro envelope o subtítulo **DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e o segundo o subtítulo **PROPOSTA DE PREÇOS**, os quais deverão ser



192

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lacrados e conter ainda na parte externa e frontal, além da razão social da empresa, data e horário, os seguintes dizeres:

3.1.1. Envelope nº. 01 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
ENVELOPE 01 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2.021
Dados da Empresa Licitante:
Razão Social:
Endereço Completo:
CNPJ:

3.1.2. Envelope nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS:

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2.021
Dados da Empresa Licitante:
Razão Social:
Endereço Completo:
CNPJ:

3.2 O Envelope nº 01 – **DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** deverá conter, obrigatoriamente, os documentos relacionados abaixo, os quais poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

3.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e da última alteração contratual, se houver, devidamente depositados ou arquivados na Junta Comercial do Estado onde estiver estabelecida a pessoa jurídica, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



143

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

3.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Cópia do cartão CNPJ
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **federal, estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, com validade da data da abertura dos envelopes de documentação.
- d) Quanto às certidões que omitirem a data de seu vencimento, só serão aceitas as que forem expedidas com prazo não superior a 06 (seis) meses a contar da data da abertura dos envelopes dos documentos para habilitação.
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS)**, com validade na data da abertura dos envelopes de documentação.
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g) Os documentos referidos neste tópico poderão ser apresentados em original (Internet), cópia autenticada por qualquer processo de cartório competente, apresentação de cópia simples acompanhada do original para autenticação pelo servidor responsável, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Prova de registro ou inscrição definitiva na entidade profissional competente, tanto da empresa como de seus responsáveis técnicos.
- b) Certificado de Registro Cadastral, dentro do prazo de vigência, emitido pelo município.
- c) **Comprovação da capacidade técnico-profissional.** Deverá ser apresentado atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente reconhecidos pelo CREA, na forma de Certidão de Acervo Técnico, comprovando que a proponente, na pessoa de um engenheiro responsável técnico a ela vinculado executou serviços de reforma, manutenção e conservação de instalações prediais compatíveis em características, quantidades, e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, de acordo com o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93.

3.2.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelos respectivos Cartórios dos Distribuidores da Comarca da sede da pessoa jurídica.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Caso a empresa se encontre em processo de recuperação judicial, deverá apresentar durante a fase de Habilitação, Plano de Recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor.

3.2.5 DAS DECLARAÇÕES

a) A empresa licitante deverá apresentar as declarações que integram os ANEXOS VII, VIII, IX, XVII e XVIII, do presente edital, conforme modelo, sob pena de inabilitação no certame.

b) Será permitida a transcrição dos modelos das declarações para preenchimento em formulário próprio da empresa licitante, devendo, todavia, serem datadas, assinadas e mantidas os termos originais.

c) As declarações deverão ser datadas e assinadas pelos sócios ou representante legal das empresas participantes. Ficam as mesmas obrigadas a juntar o contrato social quando os sócios assinarem ou o mandato autorizativo, com firma reconhecida em Cartório, do respectivo representante legal da empresa dado à pessoa que, não sendo o seu representante legal, assinar as declarações em seu nome e em sua representação.

Toda documentação deverá estar preferencialmente disponibilizada na ordem crescente dos itens deste edital e acondicionados em grampos para pastas tipo trilhos de dois furos, evitando a utilização de pastas, capas e afins.

3.2.6 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Fornecido pela Câmara Municipal, por servidor deste Legislativo que acompanhar o representante legal da empresa licitante, seguindo o trâmite abaixo:

a) Pessoa designada pela empresa deverá vistoriar previamente as dependências onde serão realizados os serviços, objeto desta licitação, para o conhecimento do objeto, sendo, este, pré-requisito necessário para a emissão do Termo de Vistoria;

b) O Termo de Visita Técnica (**Anexo XVI**) será fornecido em papel timbrado da própria Câmara Municipal de Mogi Mirim e expedido por servidor designado;

c) As empresas interessadas em participar da licitação **DEVERÃO, necessariamente**, visitar o local onde serão executados os serviços, objetivando a obtenção do Atestado de Vistoria do local.

A visita técnica será realizada nos dias **XX, XX e XX de XXXXXXXX de 2.021**, com agendamento prévio, através do e-mail: mariofontana@camaramogimirim.sp.gov.br. Nas datas estipuladas para realização da Vistoria, o representante da interessada deverá portar os documentos comprobatórios de sua condição, sob pena de não ser emitido o Atestado de Visita Técnica.

Local a ser vistoriados :

LOCAL	ENDEREÇO/TELEFONE
Instalações da Câmara Municipal de Mogi Mirim	R. Dr. José Alves, 129 - Centro, Mogi Mirim (19) 3814-1200



195

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

d) Após a visita técnica, não serão aceitas alegações futuras quanto ao desconhecimento de fatos, quantidades, especificações, levantamentos, medições ou quaisquer outros fatores que venham compor a proposta de preços a ser apresentada;

e) Os Atestados de Vistoria serão entregues aos licitantes assim que concluída a vistoria com contrarrecibo.

3.3 O Envelope nº 2 – **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter, obrigatoriamente, os itens abaixo, em folhas numeradas e rubricadas, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

- O valor global para a execução do objeto desta licitação (em reais) e por extenso;

- O **prazo de execução da obra, não superior a 90 (noventa) dias**, após a emissão da ordem de execução de serviços;

- O **prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias**, contados da realização da licitação;

- Orçamento, contendo especificações, quantidade, valores unitários e globais, devidamente assinados, sob carimbo, pelo responsável da empresa, conforme modelo que consta da planilha em anexo (ANEXO V);

- Cronograma físico e financeiro, com condições de pagamento e obedecendo ao prazo estabelecido para a execução do objeto desta licitação, que deverá ser elaborado pela própria licitante.

- Somente serão aceitos itens com duas casas decimais após a vírgula.

Toda documentação deverá estar preferencialmente disponibilizada na ordem crescente dos itens deste edital e acondicionados em grampos para pastas tipo trilhos de dois furos, evitando a utilização de pastas, capas e afins.

3.3.1 A apresentação de proposta será considerada como evidência de que a proponente examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada à execução do objeto licitado em todos os seus detalhes.

3.4 Todos os materiais, serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização, deverão estar inclusos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações técnicas, e serem aprovados pela fiscalização da licitadora.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 A competente classificação das propostas de preços será determinada, através do critério de Menor Preço Global oferecido, sendo esta licitação do tipo Menor Preço.

4.2 No caso de empate entre duas ou mais licitantes, a Comissão de Licitação realizará sorteio entre as mesmas, para a definição da empresa vencedora.

4.3 Será julgada desclassificada a proposta da licitante que:



196

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

- a) Não atender integralmente as exigências contidas neste Edital;
- b) Com preços inexequíveis;
- c) Com preços excessivos.

4.4 Qualquer documento que estiver incompleto, ilegível, com rasuras ou borrões, com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.

4.5 No caso de mero erro de operações aritméticas como: adição, subtração, multiplicação e divisão nas propostas apresentadas, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO efetuará as devidas correções valendo para fins de classificação o valor correto.

5. DO PROCEDIMENTO

5.1 No dia, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital, em sessão pública, a Comissão de Licitação receberá os envelopes e, em seguida, efetuará a abertura do **ENVELOPE Nº 01**.

5.2 Nas sessões públicas, a licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja conferido amplos poderes para representá-la em todos os atos e termos do procedimento licitatório, vide sugestão (Modelo – Anexo VI ou VI-A).

5.3 No caso de representação, o procurador ou a pessoa credenciada, deverá exibir o instrumento que a habilita para representar à licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos Envelopes.

5.4 Se o portador dos envelopes da licitante não detiver instrumento de representação ou este não atender ao disposto no item 5.2, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação.

5.5 Será julgada inabilitada a licitante que deixar de atender as exigências constantes deste Edital, podendo, entretanto a Comissão de Licitação relevar aspectos meramente formais e que não comprometam os objetivos de controle e lisura deste Edital.

5.6 O resultado da habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou ainda ocorrendo desistência expressa de sua interposição ou mesmo tão logo ocorra a julgamento dos recursos eventualmente interpostos, serão devolvidos os Envelopes atinentes as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, fechados, aos participantes inabilitados, diretamente através de via postal, com a devida comprovação de seu recebimento (AR).

5.7 Após os procedimentos será efetuada a abertura dos envelopes **PROPOSTA DE PREÇOS**, dos participantes habilitados, sendo os documentos neles encontrados, verificados e rubricados pelos membros da Comissão e demais participantes.

5.8 Das reuniões realizadas para a abertura dos envelopes serão lavradas Atas circunstanciadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

6.DA IMPUGNAÇÃO, DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

6.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital de Licitação perante A Câmara Municipal de Mogi Mirim no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data de fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

6.2 Caberá a Administração decidir sobre a impugnação em até 03 (três) dias úteis.

6.3 Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberão os recursos previstos no art. 109, da Lei n. 8.666/93.

6.4 Uma vez proferido e publicado o julgamento pela Comissão e decorrido "in albis" o prazo recursal, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório será encaminhado para a competente deliberação.

6.5 Homologado o resultado prolatado pela Comissão, a proponente vencedora será convidada em 05 (cinco) dias após a homologação, a comparecer em data, hora e local que forem indicados, para a assinatura do Contrato.

6.6 O resultado do julgamento da licitação e demais atos serão publicados no quadro de editais, na sede da Câmara Municipal de Mogi Mirim, à rua Dr. José Alves nº 129- Centro - Mogi Mirim/ SP, no Diário Oficial do Estado e no Jornal Oficial do Município.

6.7 No caso de impugnação de edital e/ou recursos, os mesmos deverão ser autuados através do Protocolo Geral.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. A licitante considerada vencedora será notificada para, no prazo correspondente a 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, assinar o termo de contrato, aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

7.2. A empresa vencedora deverá apresentar, após a assinatura do contrato e anteriormente do início da obra, recibo de termo de garantia para execução da obra, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

7.3. A garantia deverá ser prestada em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança-bancária, conforme disposto no art. 56, §1º e seus incisos da Lei nº. 8666/93.

7.4. Se acaso a garantia a ser prestada se fizer em dinheiro, o depósito do valor deverá ser efetuado na rede bancária, onde a Câmara Municipal mantenha conta-caução.

7.5. O prazo de vigência da garantia, em qualquer da forma escolhida, deverá abranger todo o período da vigência contratual;



198

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

7.6. Quando da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, a garantia será liberada ou restituída ao Contratado, como dispõe o art. 56, §4º. da Lei nº. 8.666/93.

7.7. A recusa injustificada da licitante considerada vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como não prestar garantia na forma indicada, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a mesma às penalidades estabelecidas neste edital.

7.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Contratante.

7.9. É facultado à Contratante, quando a empresa licitante vencedora, convocada para a assinatura do contrato, não o fizer, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

7.10. A licitante vencedora deverá, posteriormente à assinatura do contrato, recolher garantia para assegurar sua plena execução, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em qualquer das modalidades permitidas em Lei, sendo que a declaração de opção deverá ser feita obrigatoriamente no **envelope Nº 02 (dois) – Proposta de Preços**.

7.11. No caso de o contrato ser prorrogado, a empresa contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prorrogação, na mesma modalidade anteriormente oferecida, ou por outra modalidade permitida pelo § 1º, do artigo 56, da Lei Federal Nº: 8.666/93.

7.12. Os servidores designados pela Câmara Municipal são credenciados para vistoriar a execução do contrato e a prestar toda assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

7.13. A Câmara Municipal poderá, no decorrer da execução do contrato, alterar a quantidade, para mais ou para menos, do objeto da contratação, no limite legal.

8.DAS MEDIÇÕES

8.1 As medições deverão ser apresentadas até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços. A **CONTRATADA** entregará ao **CONTRATANTE** o respectivo **BOLETIM DE MEDIÇÃO**, em 01 (uma) via protocolada na Secretaria da Câmara Municipal, na Sede do **CONTRATANTE**, o qual será encaminhado ao Gestor do contrato para controle.

8.2 As medições não apresentadas no prazo especificado no item anterior serão consideradas de valor zero e somente poderão ser apresentadas no mês subsequente.

8.3 Serão exigidos da empresa **CONTRATADA** a seguinte documentação, após aprovação de medição pelo Gestor do contrato, que se dará no prazo de até 03(três) dias úteis após o respectivo recebimento da medição:

a) Cronograma Físico-financeiro atualizado;



199

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

b) Relatório fotográfico;

c) Prova de Regularidade perante o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) em plena validade;

d) Cópia do recolhimento do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) dos funcionários que trabalharam na obra referente ao mês anterior, sendo que esta deverá ser específica por obra.

8.4 Quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá enviar no prazo máximo de 03 (três) dias, os seguintes documentos:

a) Cópia da Folha de Pagamento dos funcionários que trabalharam na obra relativa ao mês anterior, sendo que esta deverá ser específica por obra;

b) Cópia do Cartão Ponto dos mesmos funcionários; e

c) Cópia do Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente;

8.5 A recusa ou omissão em entregar a documentação exigida no item 8.4 no prazo estipulado implicará no bloqueio do pagamento que a **CONTRATADA** vier a fazer jus, até que a mesma seja entregue.

8.6 A Câmara Municipal de Mogi Mirim terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar o respectivo **BOLETIM DE MEDIÇÃO**, considerando os quantitativos e os preços unitários dos serviços efetivamente executados.

8.7 Com base no **BOLETIM DE MEDIÇÃO** e mediante autorização por escrito da Câmara Municipal de Mogi Mirim é que a empresa estará autorizada a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ter a data igual ou posterior à data da autorização.

8.8 A licitante vencedora somente estará autorizada a emitir a fatura no valor da medição aprovada pelo gestor do contrato.

9.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 Para cobrir a despesa oriunda desta contratação será onerada a seguinte dotação orçamentária do programa para o exercício de 2.021 e no que couber aos exercícios subsequentes:

02.01.01.01.0310001.2001.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica-Ficha 10; 02.01.02.01.0310003.2104.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica- Ficha 22.

9.2 ORÇAMENTO ESTIMATIVO: **R\$ 579.685,15** (quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos).

10.DO CONTRATO

10.1 Constam da Minuta de Contrato – Anexo X, as condições e forma de pagamento, medições, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes, que faz parte integrante deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

10.2 Até a data de assinatura do Contrato poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos(s) ou declaração(ões) incorreta(s), bem como aquela cuja situação técnica ou econômica/ financeira tenha se alterado após início de processamento do pleito licitatório, prejudicando o seu julgamento.

10.3 Nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93, ocorrendo recusa em assinar o contrato, sem justificativa aceita pela Câmara Municipal de Mogi Mirim, no prazo de 05 (cinco) dias contados da homologação, ou então na hipótese de silêncio, dentro do mesmo prazo, o proponente vencedor, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, decairá do direito de contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

10.4 Para formalização do termo de contrato, a critério da administração, a vencedora da licitação deverá apresentar no ato da assinatura os seguintes documentos:

a) Cópia da ficha de registro de todos os funcionários que prestarão serviços para a Câmara Municipal de Mogi Mirim;

b) No caso de proprietário, cópia do contrato social;

c) Cópia da carteira de trabalho (cópia da foto, identificação e do contrato de trabalho) de todos os funcionários que prestarão serviços para a Câmara Municipal d Mogi Mirim;

d) Cópia do atestado de saúde ocupacional (ASO), constando resultado do exame audiométrico, no caso de motoristas e operadores de máquinas que emitem ruídos. Deve constar aptidão para trabalhos em altura para os funcionários expostos a este trabalho.

e) Declaração da empresa constando a descrição dos serviços a serem realizados, sua responsabilidade pela obra e responsabilidade por acidentes e/ ou doenças que venham a ocorrer com seus funcionários, tal documento deve constar o nome e o R.G. dos funcionários habilitados a prestarem os serviços. (Conforme ANEXO XIV e ANEXO XV)

f) Cópia da habilitação dos motoristas, no caso de operadores de máquinas pesadas como retroescavadeira ou caminhão munk, certificado de curso.

g) Fichas individuais de recebimento e instruções de uso de equipamentos de segurança, constando às assinaturas dos funcionários.

h) Certificado de curso sobre NR-10 Instalações e serviços em eletricidade, para os funcionários responsáveis por trabalhos elétricos.

i) Certificado de treinamento sobre "Trabalhos em altura".

j) Todos os documentos apresentados deverão ser autenticados por cartório competente ou apresentados juntamente com o original para conferência.

10.5 Nos casos de subcontratações a licitante vencedora deverá apresentar:

a) Todas as documentações constantes no item 10.4

b) Contrato celebrado entre as empresas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1 Concluído o serviço desta Tomada de Preços procederá a Câmara Municipal de Mogi Mirim, dentro de até 15 (quinze) dias seguintes ao dia da entrega da comunicação por escrito e nesse sentido lhe disser a **CONTRATADA**, ao seu exame minucioso e à sua medição final a fim de **recebê-la provisoriamente**, ficando a contratada obrigada, durante o prazo de observação de 60 (sessenta) seguintes, a fazer, às suas custas, os reparos e substituições indicadas pela Contratante, em consequência de erro na elaboração e/ou execução dos serviços, findo os quais, a Câmara procederá dentro de até 15 (quinze) dias seguintes, nova e minuciosa vistoria, sendo que só no caso de constatar estar tudo regular e em ordem, é que emitirá o **Termo de Recebimento Definitivo do Serviço**.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 A Câmara Municipal de Mogi Mirim pagará a contratada o preço estabelecido na proposta, o qual inclui todos os custos necessários a perfeita execução do objeto do presente licitatório e ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, juntamente com a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o CRF do FGTS em plena validade.

12.2 O pagamento será realizado somente após a conclusão integral de cada etapa descrita no cronograma e após aprovado pelo Gestor. Não será realizado pagamento por medição parcial.

12.3 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a emissão e aceite da respectiva Nota Fiscal, condicionado a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e CRF do FGTS estarem em plena validade e ao crédito do repasse federal na conta do município.

12.4 A licitante vencedora não poderá negociar os títulos provenientes de contratações junto a Câmara Municipal de Mogi Mirim.

13. DAS PENALIDADES

13.1 De conformidade com o art. 86 da lei n. 8.666/93, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93.

13.2 Nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste objeto, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10 % (dez por cento) do valor do contratado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos;



202

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

13.3 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público, ou a anular de ofício ou mediante provocação de terceiros por ilegalidade no todo ou em parte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme consta da Lei n. 8.666/93.

14.2 A licitante contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a licitadora ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando esta Administração de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

14.3 A licitante contratada será a única responsável para com seus empregados e auxiliar, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro de acidentes do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas em face desta empresa ou rescisão contratual com a aplicação de penalidades em desfavor desta empresa ou ainda determinar-se a rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

14.5 A licitante vencedora deve atender à instrução normativa MPS/ SRP n. 971 de 13 de novembro de 2009 e suas posteriores alterações.

14.6 Aplicam-se, a este Edital, as disposições das Leis n. 8.666/93, que regulamenta as licitações promovidas pela Administração Pública.

14.7 Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos apenas por escrito, por meio do e-mail: mariofontana@camaramogimirim.sp.gov.br, se possível pelas mesmas vias, ressalvado que a Câmara Municipal de Mogi Mirim dará conhecimento das consultas e respostas às demais licitantes que retirarem o Edital, por meio da Internet no site: www.camaramogimirim.sp.gov.br.

14.8 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da lei, caso decidam valer-se dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2.006, deverão apresentar a declaração constante do Anexo VIII do presente Edital juntamente com a proposta de preços.

14.8.1 A apresentação da declaração constante do Anexo VIII do presente edital não impede a Câmara Municipal de Mogi Mirim de realizar as diligências que forem necessárias para perquirir se a licitante, que se apresentou como ME ou EPP, realmente preenche as condições legais para o gozo dos benefícios da Lei Complementar n. 123/2.006.



203

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

14.9 Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I- Especificações Técnicas de Materiais e Serviços

Anexo II – Planilhas Orçamentárias

Anexo III – Cronograma Físico-Financeiro

Anexo IV– BDI- Fórmula e Composição

Anexo V – Modelo de Proposta de Preços

Anexo VI e VI-A – Modelo de Procuração e de Carta de Credenciamento

Anexo VII –Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Anexo VIII – Declaração de ME ou EPP

Anexo IX – Declaração de Proteção ao Menor

Anexo X – Minuta do Contrato

Anexo XI – Termo de Ciência e Notificação

Anexo XII –Cadastro do Responsável

Anexo XIII – Declaração de Documentos à disposição do Tribunal

Anexo XIV- Modelo de Termo de Responsabilidade

Anexo XV- Declaração de Vistoria Técnica

Anexo XVI- Declaração de Acesso a toda documentação técnica.

Anexo XVII - Declaração de cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

Anexo XVIII-Apresentação 3D dos Espaços

Mogi Mirim, XX de agosto de 2.021.

Sonia Regina Rodrigues
Vereadora Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP

De acordo:

Fernando Márcio das Dores
Procurador Jurídico da Câmara
Municipal de Mogi Mirim/SP



204

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE MATERIAIS E SERVIÇOS

ESCOPO

1. Parede de divisa lateral – vizinha ao estacionamento da igreja:

- Anomalia: Infiltração generalizada de umidade:
- Solução Proposta:
 - i. Retirada total do reboco até a altura de 1,5m pelo lado interno, e em sua totalidade pelo lado externo;
 - ii. Demolição e bota-fora de resíduo de estrutura de concreto, na divisa lateral, igualando essa parede em altura padrão com o restante do muro do vizinho;
 - iii. Recuperação de eventuais trincas ou fissuras, no lado interno da parede, acima da altura descascada. Proceder a abertura das trincas (e ≥ 2 cm), seguido do devido preenchimento das mesmas com argamassa de cimento/areia fina, no traço 1:3;
 - iv. Aplicar nas paredes descascadas, numa faixa de 1,5m de altura, iniciando no mínimo 20cm abaixo do piso (pelo lado externo), 03 (três) demãos cruzadas de argamassa polimérica com período mínimo de cura de 06 a 08 (seis a oito) horas entre cada demão... Limpar as paredes com água e vassoura antes dessa etapa;
 - v. Aplicar camada de chapisco feito com cimento/areia, no traço 1:2... Umedecer levemente a parede antes dessa aplicação, principalmente na face externa, caso o clima esteja seco;
 - vi. Na face externa da parede, instalar rufo e pingadeira na junção entre as duas paredes...O rufo deverá ser devidamente fixado com parafusos e bucha de nylon, antes da aplicação do reboco, que deverá cobrir a aba do rufo em no mínimo 5 cm;
 - vii. Revestir novamente as duas faces da parede com argamassa de cimento/cal hidratada/areia fina, no traço 1:2:6, efetuando o desempeno, com régua e desempenadeira, deixando a textura final lisa, acabada com espuma;
 - viii. Na face externa, ao longo da parede, demolir uma faixa de 1m de largura do piso existente, cortando-a de forma retilínea... Na sequência, refazer essa faixa, adotando uma espessura mínima de 10cm, que será preenchida com concreto armado com tela soldada (20x20cm #3,4mm), com acabamento simples desempenado... No dia seguinte à concretagem, essa faixa deverá receber corte transversal a cada 1,5m, na profundidade máxima de 3 cm, para orientação das trincas em eventual dilatação. Manter a faixa de concreto coberta com manta geotêxtil e extremamente molhada por no mínimo 07 (sete) dias;
 - ix. A face externa da parede deverá ser pintada, incluindo o seu rufo, com tinta própria para piso, na cor a ser definida em comum acordo entre os vizinhos. A face interna será preparada com massa PVA, na sua totalidade, para receber a pintura.



205

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

2. Parede de divisa – Fundos:

- Anomalia: Infiltração generalizada de umidade:
- Solução Proposta:
 - i. Retirar saliências e resíduos de alvenaria, restos de pilares ou alicerces, deixando a parede totalmente desobstruída pra receber o reboco;
 - ii. Aplicar na parede, numa faixa de 1,5m de altura, iniciando no mínimo 20cm abaixo do piso, 03 (três) demãos cruzadas de argamassa polimérica com período mínimo de cura de 06 a 08 (seis a oito) horas entre cada demão. Limpar as paredes com água e vassoura antes dessa etapa;
 - iii. Aplicar camada de chapisco feito com cimento/areia, no traço 1:2... Umedecer levemente a parede antes dessa aplicação;
 - iv. Revestir a parede com argamassa de cimento/cal hidratada/areia fina, no traço 1:2:6, efetuando o desempeno, com régua e desempenadeira, deixando a textura final lisa, acabada com espuma... Durante o processo de reboco, instalar 02 (dois) frisos de alumínio, embutidos na argamassa, no sentido horizontal e ao longo de toda a parede, dividindo-a em 03 (três) faixas iguais... Os frisos serão de 10x30mm;
 - v. Na face externa, ao longo da parede, demolir uma faixa de 1m de largura do piso existente, cortando-a de forma retilínea... Na sequência, refazer essa faixa, adotando uma espessura mínima de 10cm, que será preenchida com concreto armado com tela soldada (20x20cm #3,4mm), com acabamento simples desempenado... No dia seguinte à concretagem, essa faixa deverá receber corte transversal a cada 1,5m, na profundidade máxima de 3 cm, para orientação das trincas em eventual dilatação. Manter a faixa de concreto coberta com manta geotêxtil e extremamente molhada por no mínimo 07 (sete) dias;
 - vi. A face externa deverá ser pintada, incluindo o seu rufo, com tinta própria para piso, na cor a ser definida em comum acordo entre os vizinhos.

3. Salas que fazem divisa com o vizinho (parede de divisa):

- **Anomalia: Infiltração Generalizada.**

OBS.: Todas as salas que possuem uma de suas paredes em divisa com o vizinho (**Jurídico, Assessoria Técnica da Presidência, Chefe do Gabinete, Vereador Geraldo Vicente Bertanha e Vereador Márcio Evandro Ribeiro**), receberão o tratamento contra infiltração, conforme item 1. desse documento. A sala do Vereador Geraldo Vicente, receberá o mesmo tratamento em duas das paredes (lateral do vizinho e parede da frente).

- **Solução Proposta:**



206

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

- i. Reparo das paredes de divisa conforme item 1.;
- ii. Tratamento de trincas ou fissuras conforme item 1. parágrafo ii;
- iii. Embutir tubos de drenagem de ar condicionado, instalar eletroduto corrugado e caixas de passagem 4x2" plástica, para acomodar instalações elétricas provisórias, eventualmente aparentes, instaladas atualmente por meio de "canaletas";
- iv. Após concluídos os reparos, as paredes de cada sala, receberão tratamento de superfície com massa PVA, seu devido lixamento e pintura com tinta acrílica Premium lavável e de boa qualidade... A cor das paredes terá como referência a Suvinil (Algodão Egípcio) Código: F100 - RGB: 234, 227, 213 OU SIMILAR de outra marca. Os tetos serão com a mesma tinta na cor Branco Neve... **Obs.: Todas as tintas (parede e teto) terão acabamento fosco.**

4. Sala Assessoria Técnica da Presidência:

- i. Infiltração e Pintura já mencionadas nos itens 1. e 3.;
- ii. Fechar abertura antiga de ar condicionado, com alvenaria;
- iii. Abrir a Claraboia existente e interrompida, instalando sobre a mesma, material translúcido (policarbonato), para a entrada de luz... Observar que a mesma deverá ser instalada sobre apoios, com abertura em 20cm acima do topo da "chaminé" com abas sobressalentes em 20cm para cada um dos lados, e 10cm abaixo da borda, de forma que permita a entrada de ar e NÃO PERMITA a entrada de água de chuva;

5. Área de luz:

- i. Infiltração e Pintura Geral conforme item 1.... Parede na cor branco neve.

6. Corredores do Prédio Administrativo:

- i. Pintura Geral, parede e teto, conforme itens 1. e 3.; Parede e teto na cor branco neve.
- ii. Descascar uma faixa de 1,5m, na entrada do prédio administrativo (rampa), na parede do lado direito de quem entra, para tratamento de infiltrações conforme item 1.

7. Sala da Copiadora:

- Criar uma copa com pia, balcão para cooktop, conforme projeto 3D anexo... Conectar à rede de esgoto embutida sob o piso, à rede de esgoto do banheiro ao lado... Granito Verde Ubatuba.

8. WC Masculino (adm.):

- Repaginação conforme projeto 3D anexo... Granito Verde Ubatuba.

9. WC Feminino (adm.):

- Repaginação conforme projeto 3D anexo... Granito Verde Ubatuba.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

OBS.: Nos toaletes do prédio ADM (masc. Fem. e presidência), prever a instalação de tubo de ventilação para esgoto...

10. Sala Vereador Luís Roberto Tavares:

- Abertura de janela:
 - i. Pintura geral conforme item 1.;
 - ii. Criar abertura na alvenaria: 1x1,5m, devidamente requadrada;
 - iii. Instalar janela Max-ar em vidro temperado e=8mm.

11. Recepção nova:

- Construir a nova recepção na entrada, entre os prédios, do plenário e administrativo.
 - i. Construir cobertura metálica conforme projeto 3D;
 - ii. Forro de madeira dando continuidade ao existente;
 - iii. Balcão em alvenaria, com tampo em granito Verde Ubatuba, conforme projeto 3D. Revestir as paredes internas do balcão com reboco de argamassa comum; Revestir as paredes externas com reboco de cimento queimado; Separar a parede externa em 03(três) panos, dividindo-os com dois frisos(Perfil "U") de alumínio, dimensões aproximadas: 10x 30mm.
 - iv. Piso revestido em porcelanato, (ref.: *Porcelanato retificado 16,5x100cm Madeira esmaltado Nature Elizabeth ou similar*) conforme projeto (20m²);
 - v. Porta e fechamento frontal em vidro temperado 10mm, com acionamento automático(sensor de presença), conforme projeto.
 - vi. Aumento da vazão da canaleta de coleta de águas pluviais (30x30cm), conforme projeto.
 - vii. Recomposição de mosaico português, da porta da recepção até a entrada da garagem, na linha da calçada (A=6m²).
 - viii. Instalação de Infraestrutura (tubulação elétrica e gás) para Condicionador de ar tipo spleet com potência de 24.000 BTUs... Prever alimentação elétrica vindo do quadro mais próximo.... Vide posição em projeto.
 - ix. Construção de portão metálico(grade) em metalon conforme projeto 3D . Metalon 80 x 30mm, 50x30mm, 20x20mm ou similar, instalando puxadores conforme projeto. No portão social, prever fechadura eletrônica e interfone. No portão principal, prever barras anti-pânico padrão.

12. Saída de Emergência do Plenário:

- Será construída uma rota de fuga no pavimento superior com escada metálica e porta anti-pânico, conforme projeto de prevenção e Segurança do Corpo de Bombeiros (Anexo XX)... Para tanto, será retirada a parede existente (alvenaria) e construída uma nova (dry-wall) nas dimensões contidas no projeto dos bombeiros, desativando o banheiro e criando uma porta externa para acesso à escada de emergência.

13. WC Masculino do plenário:

- Revitalização conforme projeto;